



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



Brasília-DF, 01 de novembro de 2016.

## **Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016): Análise e repúdio da Direção Nacional do SINASEFE**

### **A “Reforma do Ensino Médio” e nossos desafios**

A sexta feira, dia 22 de setembro de 2016, foi a “sexta-feira 13 da educação brasileira”. Nesse dia, o ex-presidente interino (agora desinterino) Michel Temer baixou a Medida Provisória 746/2016, assinada no dia anterior, que materializa a chamada Reforma do Ensino Médio e promove drásticas mudanças e profundos retrocessos na educação brasileira.

A reforma do ensino médio nos termos em que está colocada não é um raio saindo de um céu azul pelas nossas cabeças. Já na campanha presidencial de 2014 muitos de nós criticaram as colocações de nossa então presidenta que estava concorrendo à reeleição pronunciar em alto em bom tom em seu programa eleitoral que o atual Ensino Médio tinha disciplinas demais, e que por isso era desinteressante, que não atraía os alunos, que era preciso reformá-lo e que disciplinas tais como filosofia e sociologia deveriam deixar de serem obrigatórias. Não é de hoje que temos acompanhado com temeridade as discussões sobre o estabelecimento da base curricular comum, e assistido atônitos como muitas das sugestões partidas dos movimentos sociais e pensadores historicamente comprometidos com a educação de qualidade têm sido sistematicamente ignoradas em favor das concepções instrumentais da educação, então preconizadas pelos setores mais reacionários e comprometidos com o atraso e manutenção da desigualdade social. As mudanças são de grande impacto, nem mesmo a LDB de 1996, cujo processo de discussão durou anos e teve a participação de inúmeros atores sociais se propôs a alterar de maneira tão profundas o que existia até então. Constituem um tiro de morte nas concepções integrais de educação, no conceito de educação para a cidadania, na noção do ensino médio como etapa final da educação básica e inviabiliza até mesmo o moderado PNE, votado por muitos dos deputados que agora hão de legitimar ou não mais esse golpe, não sabemos se em nome do pai, da mãe, do sobrinho, do cachorrinho, etc,.

Nenhum de nós deve se espantar quanto ao fato de um projeto tão polêmico e importante, que pode modificar o futuro de gerações inteiras, ter sido simplesmente promulgado de cima para baixo como costumavam fazer os presidentes da ditadura. Não por acaso, em muitos pontos, a reforma Temer para o Ensino Médio retrocede em vários pontos ao tipo de concepção educacional que teve vigência nestes tristes anos de chumbo.

Muitos já desconfiavam que algo de tenebroso iria acontecer a qualquer momento, a julgar pelas declarações de nosso ministro da educação Mendonça Filho sobre o suposto mau desempenho dos estudantes brasileiros na disciplina de matemática. Uma pesquisa “coincidentemente” feita por instituições tais como o Itaú Social e Banco Mundial lançava duras críticas sobre os programas em execução no Ministério da Educação sob o governo anterior e



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



serviu de mote para que nosso ministro biônico classificasse como “vergonhosa” a situação da educação no Brasil.

Uma das principais características desta reforma está no velho hábito das nossas classes dominantes ao falarem sobre educação, em propor falsas soluções para falsos problemas como forma de ocultar suas reais intenções. Há que se dizer em primeiro lugar que não são as doze disciplinas que tornam a escola pouco atraente para as novas gerações. Se é verdade que os índices de evasão são grandes e o aprendizado baixo, as causas já são bem conhecidas, embora a respeito delas se silencie com grande frequência. Pouco se fala entre os defensores da reforma a respeito da constante diminuição dos investimentos, do salário de miséria da maior parte dos profissionais da educação, do descaso a que é submetido o público que usufrui da escola pública, dos condicionantes externos à própria instituição escolar tais como a violência, o papel contra-educativo desempenhado pelos meios de comunicação, a desigualdade social, a precariedade das instituições de ensino, etc. Não é por acaso que os principais pontos da reforma sejam festejados e valorizados por instituições tais como o Movimento Todos Pela Educação (inspirado no programa Educação para todos, do Banco Mundial) a Fundação Airton Senna (que chega afirmar em alguns de seus documentos que os problemas gerados pela pobreza são na verdade de causas emocionais), a revista Veja, entre outros. Vê-se que não estamos distantes do ideário do Movimento Escola Sem Partido, eles que tanto criticam a noção de que um dos objetivos da educação é formar para a cidadania, só podem estar eufóricos ante a uma medida provisória que prioriza de forma inequívoca a educação para o treinamento em detrimento de uma educação para a libertação.

Ao fazer a crítica quanto à dita reforma ora em questão, não estamos afirmando que o atual ensino médio (assim como as demais etapas do ensino) não necessitem de reformas. Somos os primeiros a afirmar que a educação no Brasil necessita melhorar muito, avançando em direção à universalização do ensino médio, à ampliação do ensino superior, na valorização dos profissionais do magistério e de apoio pedagógico, etc. Pensadores, pesquisadores e movimentos sociais têm afirmado há décadas que a melhoria da qualidade deste serviço público essencial no Brasil e a diminuição da desigualdade são ações que se complementam e constituem em conjunto com a ampliação da democracia, do acesso à informação, da melhoria da saúde e dos serviços públicos de maneira geral, ações fundamentais para se romper os grilhões de nosso passado escravocrata e caminhar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Enquanto serviço social e direito humano, a educação não pode ser dissociada de um projeto de Estado e sociedade e nessa condição não pode ser abordada como elemento isolado da realidade. Assim, a reforma de Temer não está suspensa no ar, promove um tipo de educação voltada para um tipo de formação dual, nada nova no Brasil, onde os filhos das famílias mais favorecidas terão acesso à uma forma de ensino diferenciada, voltada para a continuação dos estudos em nível superior e os filhos das classes trabalhadoras um mero adestramento voltado para sua presumível inserção no mercado barato de mão-de-obra. É como se estivéssemos ressuscitando uma espécie de Leviatã, um tipo de Estado e sociedade representado na forma de um imenso gigante no qual os mais ricos compõem sua cabeça e dirigem o país, enquanto a maioria forma seus braços e pernas e tem o destino de trabalhar e obedecer para a “grandeza da nação”.



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



A reforma do Ensino Médio não está, portanto, dissociada de outras medidas de Temer também comprometidas a consolidar um Brasil cada vez mais desigual. Estamos falando do PLP 257 e da PEC 241 que reduzem drasticamente os investimentos públicos nos serviços essenciais à educação. Na reforma da previdência, que condenará a muitos dessa nova geração a nunca se aposentarem ou só o fazerem às vésperas da morte. Da MP 727/16 que firma o compromisso com o capital de privatizar. Das reformas da CLT, da prevalência do negociado sobre o legislado, da ameaça à democracia e ao direito de pensar, representado no PL Escola Sem partido, etc. Em suma, estamos diante de uma proposta de Ensino Médio que visa adaptar as novas gerações a uma realidade mais injusta e desigual. E tudo nos leva a crer que isso é só o começo, é provável que muito em breve vejamos mais ataques, tais como a cobrança de mensalidades nas universidades públicas (hipótese já advertida por vários especialistas como desdobramento da PEC 241) o fim dos cursos superiores nos institutos federais e a retração desta rede, o avanço do Sistema S, entre outras tenebrosas possibilidades.

O conteúdo da reforma é contraditório com as próprias justificativas para sua edição. Mesmo iniciativas em princípio parecidas como o que defendem os movimentos sociais para a educação, como o ensino em tempo integral, por exemplo, esbarram na perspectiva de contenção de gastos no setor ao longo das próximas duas décadas, ademais, como pode-se afirmar que a solução para uma escola cansativa e desinteressante pode ser a ampliação da carga horária?

As justificativas extensamente apresentadas pelo governo federal e aparelhos de hegemonia pró-classes dominantes não constituem nada mais do que sofismas. Em primeiro lugar, o objetivo da reforma é inviabilizar um tipo de formação holística, integral, interdisciplinar. É a serviço disso que está a eleição de apenas três disciplinas como obrigatórias para todo o ano de ensino: português, matemática e inglês. Escrachadamente está aí a afirmação de que o objetivo principal da educação é ler e escrever. A eleição da língua inglesa como prioritária em detrimento do espanhol por exemplo, sinaliza de maneira inequívoca a priorização da construção de laços culturais com a América do Norte e a secundarização da política de integração com os países da América do Sul.

O dito estabelecimento de uma formação flexível, onde o educando teria margem para escolher sua formação, optando por uma ênfase maior nas disciplinas humanas, exatas ou pela formação profissional é a renúncia a uma formação que dê conta de preparar um cidadão apto a pensar a si mesmo e ao seu mundo. O ensino médio, nessa perspectiva, nada mais seria do que um direcionamento instrumental ou para o mercado de trabalho ou para a universidade, mecanismo no qual se opera a filtragem daqueles que continuarão seus estudos em nível superior e aqueles que, pressionados por campanhas midiáticas de que o ensino técnico é o caminho para o mercado de trabalho, deverão pragmaticamente, por questão de sobrevivência, procurar uma formação voltada para a qualificação técnica. Voltamos à LDB da ditadura durante a plena vigência da LDB de 1996. E todos sabemos como esse mecanismo foi perverso até o início da década de 90, tempo em que o acesso à universidade era quase que exclusivo às camadas mais favorecidas da população.

Durante anos os movimentos sociais e educadores de uma forma geral lutaram para que fosse assegurada uma educação integral. A serviço disto é que foram estabelecidas como



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sis 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



obrigatórias disciplinas que se pautavam por desenvolver nos educandos capacidades de abstração e leitura de mundo. A reforma ora em imposição promove um vigoroso recuo ao colocar como optativas disciplinas que lutamos para colocar na grade curricular, tais como sociologia, artes, filosofia. A educação física permanece como um direito apenas para ensino fundamental.

E como se não bastasse, para a ampliação da carga horária e o estabelecimento da educação em tempo integral, a reforma prevê uma política de fomento às unidades que se propuserem a isso, mas deixa em aberto a possibilidade de que esses recursos sejam destinados à educação privada, bem sabemos nós quais escolas irão receber recursos públicos para atender a seus estudantes em tempo integral, para quem sabe ler, resta na verdade muito pouca dúvida.

A situação de descaso a que são submetidas a maior parte das escolas públicas, ainda mais após a aprovação definitiva da PEC 241 e do PLP 257 terá o efeito perverso de impossibilitar à maioria das escolas oferecer todas as possibilidades de continuação da base diferenciada. Enquanto isso, as escolas privadas, que já recebem dos pais mensalidades e já recebem verbas públicas terão agora aportes em dobro. Para as primeiras, formação para o mercado de trabalho, para as segundas, formação ampla com acesso direcionado para as universidades. A educação deixa de ser um serviço social para promoção da inserção social para caminhar no seu contrário, um mecanismo de manutenção e consolidação da estratificação social.

A própria formação dos docentes para a ser relativizada, professores sem formação pedagógica poderão atuar, o segundo passo pode ser a figura do professor polivalente, no qual um professor, de qualquer matéria, subjetivamente considerado habilitado pode ser obrigado a lecionar várias disciplinas, aumentando a precarização, legalizando o desvio de função e aumentando a intensidade do trabalho com sérios prejuízos para a qualidade do ensino.

E depois de promover todos esses ataques, de restringir os investimentos, inviabilizar a educação integral, dificultar o acesso à universidade, a reforma sinaliza ainda com uma avaliação da qualidade pelo governo federal como condição para a manutenção, ampliação ou diminuição dos recursos destinados a cada escola. Bem se vê num futuro próximo a criação de “centros de excelência” para poucos e o estabelecimento de uma vasta maioria de estabelecimentos funcionando em condições cada vez mais precárias e com cada vez menos recursos.

Será a Reforma do Ensino Médio um balão de ensaio para nos distrair dos outros projetos de lei e de mudança constitucional que tanto nos ameaçam. Em nossa perspectiva, mais do que isso, a reforma imposta pelo governo ilegítimo de Temer constitui uma parte do tipo de regresso conservador que está colocado sob seu governo e não pode ser desassociada do conjunto de medidas e ameaças postas pelo seu governo.

Mais do que nunca, precisamos nos apropriar do conteúdo do que está colocado. É fundamental no processo de crítica, defendermos e colocarmos uma proposta alternativa de projeto político educacional para o país. É preciso nos organizarmos nas estruturas, dialogar com a sociedade. Não podemos cair no equívoco de pensar que estamos enfrentando ataques pontuais. É fundamental que reconheçamos nas intenções do governo Temer em suas conexões, uma tentativa de regressão da sociedade no seu conjunto, e como ação necessária e fundamental, avançar na luta e na unidade com todos os setores que queiram construir a luta. Precisamos buscar unidade com os



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



trabalhadores da iniciativa privada que estão prestes ao desemprego com as propostas de mudança na CLT, com os trabalhadores do serviço público estadual e municipal que estão às voltas com o aumento da precarização e com o atraso dos salários, com os aposentados, com os trabalhadores da saúde, estudantes, etc. É urgente construirmos a greve geral! Os trabalhadores da década de 1980 em seu despertar derrubaram a ditadura, que sejam eles nossa inspiração, que tenhamos a grandeza de construir a unidade e derrubar esse golpista!

Não à Reforma do Ensino Médio, pela derrubada dessa medida provisória!  
Nenhum direito a menos!  
FORA TEMER!  
Rumo à greve geral!

## **NOTA CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO IMPOSTA POR MICHEL TEMER**

A reforma do Ensino Médio, imposta e publicada pelo governo Michel Temer através de Medida Provisória 746, no dia 22 de setembro de 2016, representa um retrocesso histórico para a Educação, afetando a formação de milhões de jovens de todo o país.

Diante do atual cenário de seguidos golpes com projetos de leis que retiram os direitos trabalhistas e reduzem os investimentos na saúde e educação (como por exemplo a PEC 241) o governo ilegítimo de Temer demonstrou que foi preciso dar mais um passo em seus “pacotes” antipopulares. Desta vez, o alvo representa um de nossos maiores bens: a educação da juventude brasileira.

A MP que visa reformular o Ensino Médio retoma o modelo da década de 1960 e 1970 onde a visão predominante, em auge da ditadura militar no Brasil, era de formação tecnicista com estrito propósito de atender as demandas de trabalho da elite capitalista brasileira e garantir o aperto do parafuso pela “massa” de trabalhadores.

Por outro lado, a formação humana e cidadã perdem sua importância na medida em que a atual reforma, retira a conquista histórica da obrigatoriedade do Ensino de Filosofia e Sociologia em todos os anos do Ensino Médio que foi, após muitas tentativas, assegurada pela alteração da LDB em 2008.

Além disso, a reforma retira explicitamente a obrigatoriedade do ensino de Artes e Educação Física no Ensino Médio reduzindo a importância do incentivo ao esporte, ao movimento corporal, à arte, à criatividade, à atividade cultural e à estética como forma de desenvolvimento humano dos jovens estudantes.

Já não bastasse enxugar a formação crítica de todas as áreas das humanas, incluindo história, geografia, ao criar subdivisões com dois pesos e duas medidas de áreas de conhecimento no Ensino Médio, cria-se “guetos” de jovens estudantes que estarão impossibilitados de compreender, num necessário tempo de sua formação, a importância da escola como espaço de



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sis 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



socialização e formação integrada nos campos do desenvolvimento humano, científico e tecnológico.

Ao estipular a obrigatoriedade do conhecimento da matemática, língua portuguesa, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política a medida provisória não permite uma distribuição de cargas horárias equilibradas entre estas áreas no sentido de garantir o direito universal a educação básica conforme estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Tampouco se deixa claro as abordagens, metodologias e profissionais que trabalharão com o conhecimento voltado para a realidade social e política.

Além disso, a medida provisória repassa a responsabilidade para os estabelecimentos de ensino montar seus “modelos” de Ensino Médio com carga horária de até 1.400 horas, representando o incentivo do Ensino Médio Integral de modo gradual. No entanto, a responsabilidade que se joga aos estabelecimentos de ensino representa um gritante tratamento diferenciado às escolas públicas de vários cantos do país que anseiam por melhorias diante de sua precariedade pela falta de infraestrutura básica.

Logo, o ensino médio corre o risco de afundar-se no “apartheid escolar” entre os diferentes perfis de escolas mantidas financeiramente de modo diferenciado principalmente entre os âmbitos federal, estadual e setor privado. Sendo assim, a divisão de classes entre os jovens se tornará ainda mais acirrada onde os filhos da classe média alta terão maiores privilégios e opções para se aprofundarem em estudos de seus interesses com ou sem o tempo integral e assim se permitirá ampliar os espaços da meritocracia em nossa sociedade.

Mas afinal, para que serve um ensino sem incentivo à formação crítica e humana? Quem se torna beneficiado com esta reforma? Sob a ótica do modelo estritamente tecnicista as artes e as ciências humanas perdem seu sentido para os “financiadores” desta reforma de modo a não reconhecerem que a formação técnica necessita andar lado a lado com a formação humana, garantindo aos jovens uma visão integral das áreas do conhecimento.

A imprudência desta medida também ignora a fase de vida da juventude brasileira porque impõe o ensino médio integral sem considerar a fundo as condições estruturais e humanas desta formação. Os jovens que irão se deparar, muitas vezes sem opção de escolha diante do ensino médio integral serão obrigados a se confinarem a longas horas de estudos diários para atender uma necessidade estritamente voltada ao mercado capitalista.

Diante disto, o governo Temer investe na aprovação da PEC 241 que limita os gastos e investimentos na área da saúde e educação por vinte anos. A medida provisória da reforma do Ensino Médio, por sua vez, estabelece que “a transferência de recurso seja realizada com base no número de matrículas, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro do Estado de Educação”.

Ora, o termo “respeitando a disponibilidade orçamentária” representa o total descompromisso com os investimentos financeiros necessários para manter a nova reforma do Ensino Médio. No entanto, esta necessidade de indicar o “respeito à disponibilidade” alinha-se a lógica de cortes na área de educação estipulada por Temer pela PEC 241. E, neste sentido o



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)



# **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



governo não é capaz de assumir os compromissos com a qualidade do ensino público, gratuito e de qualidade.

Cabe ressaltar que o ensino integral demanda refeições para os jovens que irão permanecer nas escolas em tempo integral; aquisição de materiais escolares; incentivo a pesquisa e a extensão; e valorização e qualificação para os professores e demais profissionais da educação que necessitam lidar com as mudanças de paradigmas no Ensino Médio.

Mas, ao contrário disso, a reforma do Ensino Médio, desvaloriza os professores que almejam maior preparo para atuarem em suas áreas de formação. Ao se estipular pela reforma a permissão para professores com “notórios saberes”, mesmo sem a formação na área específica retira-se a responsabilidade do Estado de investimento na carreira e na formação de professores e professoras; na realização de novos concursos públicos e no compromisso com a qualidade no processo de ensino aprendizagem. Ao contrário, o governo, com isso, ressalta, ainda mais a desvalorização dos professores; e a falta de reconhecimento social e incentivo a qualidade de vida dos profissionais da educação que formam o futuro da juventude e dos trabalhadores de todo o país.

Com isso, mascara-se o déficit nos sistemas de ensino por não possuírem professores suficientes formados em áreas específicas, especialmente das exatas, negando-se a fala de incentivos e melhores condições de trabalho e salário. Ao invés disto, se mantém os cortes na área da educação, continua-se repassando dinheiro aos banqueiros na linha política do pagamento abusivo da dívida pública.

Enquanto isso, os professores adoecem e viram duplas e triplas jornadas de trabalho para compensar seus salários que se encontram, cada vez mais achatados, propiciando um ciclo vicioso de frustração e desmotivação entre educando e educador. Mas, a resposta do governo Temer é a reforma no Ensino Médio dando ênfase a formação estritamente tecnicista e acrítica, para formar jovens de ações mais mecânicas, robotizados e confusos pelas rápidas escolhas que precisarão tomar precocemente para atuarem no mercado de trabalho de modo mais imediato possível.

Não é a toa que o plano do governo Temer também contempla a mesma linha política do Projeto Escola sem Partido que em âmbito nacional foi rechaçado pelos movimentos sociais e sindicais; educadores; estudantes; e conjunto das instituições escolares do nível básico ao superior. A incoerência com a formação crítica e humana, a retirada da autonomia docente e a inconstitucionalidade que fere a liberdade de expressão pelo Projeto Escola sem Partido foi mais do que acentuada, porém a insistência do governo Temer em abafar a formação humana se efetiva com a lamentável e preocupante Reforma do Ensino Médio.

O desrespeito ao debate público que já vinha sendo construído é uma afronta aos profissionais e gestores da educação, entidades sindicais, instituições de ensino, estudantes e toda a sociedade brasileira. Almejamos uma educação que prepara os jovens para a vida, na perspectiva humana e cidadã, não apenas do mercado de trabalho. Por isso, o SINASEFE conclama a defesa da educação pública e de qualidade!

## **Direção Nacional do SINASEFE**



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br)  
website: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)